
Entre a representação e a diferença: pensando uma identidade artista¹

Victor FARIA²

Ilsuka COUTINHO³

Universidade Federal Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO:

Com o objetivo de compreender a proposta de uma identidade artista, optou-se por observar, neste artigo, os indivíduos que aparecem em um programa que elucida tal conceito no próprio nome. No “Artivismo”, analisado à luz da Análise da Materialidade Audiovisual anteriormente, a proposta é convidar a audiência para enviar vídeos que abordam assuntos baseados no tripé arte, política e ativismo social. Mas quem são e quais são as características dessas pessoas identificadas como artistas colaboradores no programa? A revisão do conceito de identidade, assim como o debate sobre diferença e representação, que aparecem nas ideias de Berger e Luckmann, Goffman, Silva e Kellner, permite identificar com mais clareza uma identidade pessoal, múltipla, urbana, jovial e desconectada dos padrões estabelecidos nas últimas décadas.

PALAVRA-CHAVE: identidade; artivismo; representação; diferença; artista

O que significa ser artista? Que papel um artista assume e o que ele representa? As definições sobre o conceito podem ajudar a responder essas questões. Indo direto ao ponto, o neologismo artivismo é a soma de arte, política e ativismo social. Miguel Chaia (2007) considera o artivismo uma ação da contemporaneidade que se determina não só a partir da intenção do estreitamento de atividades artísticas que buscam nuances políticos, mas também se configura quando ações políticas são estabelecidas com apoio estético. Vilas Boas (2015) discorre que o “artista” é a pessoa que usa diferentes mídias e as tecnologias para promover trabalhos artísticos que interfiram diretamente na sociedade. Essa breve definição do conceito já permite entender de quem se fala ao enunciar o termo “artista”, mas o que se imagina desse alguém? Existe uma identidade artista?

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando em Comunicação pelo PPGCOM/UFJF (bolsista FAPEMIG). Integrante do NJA. E-mail: victorfaria_p@outlook.com.

³ Doutora em Comunicação Social, professora do curso de Jornalismo e do PPGCOM da Faculdade de Comunicação da UFJF, orientadora do trabalho. E-mail: iluskac@globo.com

Ao abordar as produções ativista, no decorrer da minha pesquisa, emerge a percepção de que há identidade(s) que podem estar associadas ao movimento, ainda que existam várias nuances e diversificações em torno delas. Para discorrer sobre tal hipótese é importante traçar diálogos a partir do conceito de identidade, estabelecendo uma conversa entre autores que buscam entender os percursos identitários nos últimos séculos.

A necessidade de ser ativista advém de uma série de fatores, isso consequentemente ajuda a desenhar a identidade que se forma, podendo engajar, majoritariamente, pessoas específicas que estão a fim de se expressar artisticamente com esse viés, produzindo obras que abordam assuntos sociais e políticos de forma direta ou indireta. Sendo assim, cabe questionar, essa “escolha” artística seria aleatória? Ou ela é resultante de experiências pessoais, individuais e contextuais? O entendimento da identidade representada por esses artistas certamente ajuda a tecer conclusões para esses questionamentos. Contudo, aqui pretende-se articular um debate acerca dessa identidade ativista, a partir de conteúdos informativos já analisados em trabalhos anteriores, sobretudo as produções do programa “Artvismo”, uma vez que esse abraça uma promessa ao inserir o conceito no próprio nome.

Para compreender as construções sociais é importante trazer as considerações de Berger e Luckmann (1985), que tem como intuito entender como o homem constrói o seu conhecimento da realidade e como isso influencia na sociedade. Tal compreensão contribui para percepção de que as intervenções contra hegemônicas, como pretende a proposta ativista, são necessárias para a construção de uma outra visão social. Para abordar a questão da representatividade e da fachada pessoal/social é importante inserir as ideias apresentadas por Goffman (1975), articulando com as definições de Tomaz Thadeu da Silva (2000), que aborda a identidade e a diferença, além das relações de poder por elas estabelecidas. Por fim, para entender essa identidade ativista, que talvez só estaria se consolidando neste século, é importante compreender as variações entre as identidades tradicionais, modernas e pós-modernas, assunto presente em “A Cultura da Mídia”, do Douglas Kellner (2001), que estabelece um debate bem contemporâneo, ainda que baseado em exemplificações do século passado.

Os papéis atribuídos socialmente

O que somos e o que representamos hoje não é uma definição exata e fácil de ser estabelecida, como aponta Berger e Luckmann (1985) a realidade é construída

socialmente. Os autores consideram a existência de múltiplas realidades, no entanto eles acreditam que existe uma realidade por excelência, que é a realidade da vida cotidiana, uma vez que ela está organizada no “aqui” e no “agora”, no presente. Os autores também apontam que o mundo da vida cotidiana é dividido entre você e várias pessoas, então ele é real para todos.

Além do termo “realidade”, eles lançam luz para a questão do conhecimento, que pode ser geral ou específico. Um ponto bem assertivo nesse conceito, é a ideia de que existe em cada indivíduo um conhecimento muito rico sobre o mundo em que ele está inserido, diferente da visão que ele tem do mundo do outro, sendo que uma vez que ele não é parte dele, o conhecimento acaba ficando incompleto. Para Berger e Luckmann (1985) esse estoque de conhecimento adquirido por cada um ao longo da vida ajuda a fornecer as caixas das tipificações, que acabam fazendo parte da rotina cotidiana, “tipificações de todas as espécies de, acontecimentos e experiências, tanto sociais quanto naturais” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.64). Os autores afirmam que o processo de se tornar homem passa pela relação existente com o ambiente em que a pessoa está inserida, “o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que o têm a seu cargo” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.71). Indo além, os autores observam que existe uma relação dialética entre o homem e o seu mundo, já que eles tendem a atuar um sobre o outro de forma recíproca. Justamente nesse processo dialético em que se consolida os conceitos desenvolvidos pelos autores. É quando o indivíduo passa a ter consciência dos parâmetros aceitos na sociedade (internalização).

O indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade. O ponto inicial deste processo é a interiorização a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.174)

Berger e Luckmann acreditam que existem dois momentos no processo de socialização, mas apontam que na socialização primária, etapa que é vivenciada no período da infância, as crianças observam e interiorizam os papéis e comportamentos dos outros, interpretando o mundo que ela vivencia como o único possível, por esta razão, “o mundo interiorizado na socialização primária torna-se muito mais firmemente entrenchado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações

secundárias”.(BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 184). Em seguida, essas ideias absorvidas ganham forma (externalização), e a partir das linguagens e dos comportamentos (objetificação), tornam-se uma realidade e muitas vezes até uma norma social (institucionalização). Os autores discorrem que “quanto mais a conduta é institucionalizada tanto mais se torna previsível e controlada” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.89). Ao ser repetida diversas vezes essa ideia passa a ser transmitida e aceita pelas próximas gerações (habitualização), já que, como destacam os autores, qualquer ação repetida com frequência se torna um padrão.

Considerando que a ordem social não é derivada de quaisquer elementos biológico em suas manifestações empíricas, mas sim que ela “existe como produto da atividade humana” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.86), é possível compreender porque muitas ideais e lógicas defendidas pelas camadas dominantes, até em séculos passados, ainda são parte da sociedade, mesmo que o mundo tenha evoluído e desenvolvido para além do que era, até então, determinado. As divergentes perspectivas desenvolvidas individualmente e particularmente em diferentes contextos geram conflitos sociais e políticos que também são resultados desse “conhecimento” que acaba perpassando gerações, sendo “aprendido como verdade objetiva no curso da socialização, interiorizando-se assim como realidade subjetiva. Esta realidade por sua vez tem o poder de configurar o indivíduo” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.89), produzindo assim, um tipo específico de pessoa.

Berger e Luckmann (1985) apontam que “as instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio dos papéis. Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis; o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.103). Os autores ainda relatam que ao incorporar um papel determinado, o ator assume padrões que fazem parte da tradição institucional associada a esse papel.

Aprofundando essa conversa de papéis e atores, Goffman (2002) se apropria da linguagem teatral para discorrer sobre a representação de papéis no palco da vida. O autor aponta que o indivíduo escolhe “interpretar” um papel para passar o que quer transmitir durante uma interação. "Quando um indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo." (GOFFMAN, 2002, p.41). Percebe-se a partir dessa ideia de Goffman, que a base para interpretação de um papel na vida cotidiana parte do que é institucionalizado.

Para conferir concretude ao papel é necessário que se estabeleça, majoritariamente, uma fachada pessoal e por vezes uma fachada social. Esses termos ajudam a compreender que encenar nas palavras de Goffman(2002) não é necessariamente falsear uma situação. A fachada pessoal se associa a parte chamada “aparência”, ou seja, ela é relevante ao decoro, assim é importante considerar que “nas instituições sociais existem padrões de decoro que prevalecem. Em lugares sagrados há regras de decoro” (GOFFMAN, 2002 p.103). O autor ainda aponta que a fachada pessoal advém de equipamentos próprios do ator como categoria, vestuário, aparência, idade, raça, sexo, linguagem, gestos, entre outras coisas. Alguns são fixos (raça) e outros transitórios (expressão). Sobre a fachada social, o autor alerta para o fato de que determinada fachada social tende a se tornar institucionalizada em termos de expectativas estereotipadas abstratas. "A fachada torna-se uma representação coletiva"(GOFFMAN, 2002, p.34). Quando se assume um papel social entende-se que automaticamente uma fachada já foi estabelecida. A fachada social também implica em conflitos de dominância de certos indivíduos sobre outros. Ao falar em conflitos de dominância é válido entender que nesta configuração há pessoas que determinam e controlam constantes nesta equação. Trazendo para a realidade, em um serviço qual é o lugar reservado para cada ator, ou melhor, para cada pessoa? Quem é escolhido para trabalhar na fachada e quem é escolhido para trabalhar nos bastidores?

Essas escolhas implicam em processos e configurações sociais capazes de estabelecer diversas discussões, uma vez que a escolha por quem vai representar aquele lugar tende a passar pela fachada pessoal de cada indivíduo, querendo considerar a fachada social que a instituição irá representar. A questão é que a correlação entre os pontos perpassa situações por vezes dissimuladas e baseadas na predileção por uma identidade hegemônica, culminando em escolhas preconceituosas.

Identidade, diferença e representação na mídia

Com múltiplos significados, o conceito de representação é absorvido por teorias ligadas aos Estudos Culturais como relata Silva (2000), que o desenvolve a partir da sua interligação com outros dois conceitos, identidade e diferença. “Nesse contexto, a representação é concebida como um sistema de significação, mas descartam-se os pressupostos realistas e miméticos associados com sua concepção filosófica clássica.

Trata-se de uma representação pós-estruturalista” (SILVA, 2000, p.90). Ao ser associada a tal sistema de significação, o que se entende a partir das ideias de Silva, é que a representação está diretamente relacionada aos sistemas linguístico e cultural, o que garante que o conceito é também arbitrário, indeterminado, além de ser ligado a relações de poder.

Silva (2000) aponta que a identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. Segundo ele, é por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Ao discorrer sobre os dois conceitos relacionais de estreita dependência, “identidade e “diferença”, Silva (2000) permite entender como cada identidade e cada diferença são construídas, sim porque essas ideias não são naturais, pelo contrário são culturalmente e socialmente construídas. É justamente nesse ponto que entram questionamentos intrínsecos aos reflexos da comunicação nessas construções. Novelas, filmes, desenhos e o próprio jornalismo permite que o espectador construa ou reforce a ideia de uma identidade (o que se é) e de uma diferença (o que o outro é). Essas construções estabelecem relações de poder, implicando no poder de incluir e excluir, uma vez que essas relações são impostas e disputadas. A partir do momento que entendemos o que somos ou que devemos ser, a partir do que assistimos nos meios de comunicação, do que aprendemos culturalmente na sociedade, ou de qualquer outro tipo de construção, estamos propensos a criar normas, e isso está diretamente ligado com essas ideias de inclusão e exclusão, além de tangenciar questões ligadas a hegemonia e dominação.

Em um contexto de disputa pela identidade, Silva (2000) reforça que também está envolvida uma outra disputa que implica em confrontar outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. É importante considerar, sobretudo, que “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2000, p.81). Nessa sociedade com vários indivíduos que advém de construções sociais diferentes, quais são os tipos de identidades que se formam? É importante observar que ao considerar tipos, conseqüentemente ocorrem atribuições de valores para cada identidade, gerando uma classificação. Para Silva (2000), esse nuance classificatório confere um caráter de divisão, o que conseqüentemente contribui para a hierarquização, que irá atribuir valores também a certos grupos sociais. Ou seja, há uma preocupação do

autor com essas identidades que, quando definidas, reforçam esse caráter de exclusão que é direcionado a grupos sociais específicos, que tendem a estar associados a identidades específicas.

Para entender a identidade é preciso lançar luz a diversos elementos e variáveis. Nesse sentido, Douglas Kellner (2001) faz apontamentos que contribuem muito para o entendimento do caminho histórico das identidades, mostrando o quanto elas estão associadas ao momento histórico e a evolução social, incluindo a influência da(s) mídia(s). Baseando-se no folclore antropológico, o autor relata que nas sociedades tradicionais, a identidade era fixa, sólida e estável. “Era função de papéis sociais predeterminados e de um sistema de mitos, fonte de orientação e de sanções religiosas capazes de definir o lugar de cada um no mundo” (KELLNER, 2001, p.295).

Na modernidade, o autor relata que as características são diferentes, a identidade nesse período torna-se mais móvel, múltipla, pessoal, reflexiva e sujeita a mudanças e inovações, mas como discorre o autor, mesmo nesse período as identidades ainda são relativamente substanciais e fixas, isso porque, elas seguem tendo origem em um conjunto determinado de papéis, mas nesse ponto, os limites possíveis estão em contínua expansão. Nessa fase, aumentou também a ingerência do outro, já que à medida que o número de identidades aumenta, é preciso obter reconhecimento para assumir uma identidade socialmente válida. Sendo assim, na modernidade a identidade transforma-se em problema pessoal e teórico.

Diante desse cenário moderno, no qual a identidade de um indivíduo pode tornar-se superada, supérflua, ou até mesmo deixar de ser socialmente válida, a questão da identidade se torna de fato uma questão, podendo provocar a chamada “crise de identidade”. “O problema da identidade, na modernidade, consistia no modo como construímos, nos percebemos, nos interpretamos e nos apresentamos a nós mesmos e aos outros” (KELLNER, 2001, p.297). Ligada à individualidade e tendo como perspectiva, o desenvolvimento de um eu individual e único, as características dessa identidade podem ser percebidas a partir de elementos intrínsecos a ela, como a moda/traje, e a sua relação com a profissão, classe social e status. O autor aponta que na Idade Média era dito o que diferentes classes podiam ou não usar, já nas sociedades modernas acabam os códigos rígidos de vestuário e moda. Kellner (2001) aponta que o período pós Segunda Guerra também culminou em mudanças, uma vez que com o predomínio da mídia e da sociedade de consumo, “a identidade tem sido cada vez mais vinculada ao modo de ser, à produção

de uma imagem, à aparência pessoal. É como se cada um tivesse que ter um jeito, um estilo e uma imagem em particular para ter uma identidade” (KELLNER, 2001, p.297).

Há quem rejeite a noção de identidade, como acontece no pensamento dito pós-moderno. Na perspectiva desse movimento “à medida que o ritmo, as dimensões e a complexidade das sociedades modernas aumentam, a identidade vai se tornando cada vez mais instável e frágil” (KELLNER, 2001, p.298). O autor afirma que os discursos da pós-modernidade problematizam a noção de identidade, a colocando como um mito e uma ilusão. Para os teóricos dessa linha, o sujeito está se fragmentando e desaparecendo, em consequência dessa sociedade engendrada por processos sociais “que nivelam as individualidades na sociedade racionalizada, burocratizada, consumista e domina pela mídia” (KELLNER, 2001, p.298). Kellner (2001) questiona primeiramente se já é possível separar e classificar uma identidade pós-moderna, diferente da identidade moderna. Além disso, aponta que desacredita nessa concepção pautada pelo desaparecimento da identidade na sociedade. Para o autor, a chamada identidade pós-moderna só assumiria novas possibilidades.

Sendo assim, a partir do que relata Kellner, a identidade pós-moderna é formada teatralmente pela representação de papéis, assim como pela construção de imagens. “Enquanto a identidade moderna girava em torno da profissão e da função na esfera pública (ou familiar), a identidade pós-moderna gira em torno do lazer e está centrada na aparência, na imagem e no consumo” (KELLNER, 2001, p.311). Percebe-se essa dissociação e um certo descolamento da relação entre as identidades e as escolhas fundamentais. Ou seja, a identidade pode estar associada a profissão, família e identificação políticas, no entanto também pode não ter ligação direta com todos esses quesitos. Para Kellner (2001) existe uma cultura que é veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a construir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer e ajudando a modelar as opiniões política e comportamentos sociais, inclusive fornecendo material para que as pessoas possam forjar sua identidade. Para o autor, os produtos da indústria cultural, como o rádio, a televisão e o cinema, contribuem para fornecer o modelo do sucesso e do fracasso, influenciando na construção do senso de classe, etnia, raça, nacionalidade e de sexualidade. “A cultura da mídia e a de consumo atuam de mãos dadas no sentido de gerar pensamentos e comportamentos ajustados aos valores, às instituições, às crenças e às práticas vigentes”(KELLNER, 2001, p.11).

No entanto, diferente de muitos teóricos e das primeiras teorias da comunicação, o autor acredita que o indivíduo pode resistir aos significados e mensagens dominantes, criando sua própria leitura e seu próprio modo de apropriar-se da cultura de massa. Ainda afirma que:

A cultura da mídia pode constituir um entrave para a democracia quando reproduz discursos reacionários, promovendo o racismo, o preconceito de sexo, idade, classe e outros, mas também pode propiciar o avanço dos interesses dos grupos oprimidos quando ataca coisas como as formas de segregação racial ou sexual, ou quando, pelo menos, as enfraquece com representações mais positivas de raça e sexo. (KELLNER, 2001, p.13)

São muitos os pontos que influenciam na escolha do discurso. Kellner (2001) destaca que na cultura da mídia ocorre uma luta entre representações que tendem a reproduzir as lutas sociais existentes que transcodificam os discursos políticos da época, mas é importante considerar que o contexto ideológico que prevalece é bem específico. "A norma da ideologia em geral é branca, masculina e da classe superior, servindo para denegrir e dominar os não-brancos, as mulheres e os trabalhadores"(KELLNER, 2001, p.84). Sendo assim, fica evidente que o discurso promotor de preconceito foi majoritário em diversas épocas, fortalecendo identidades que tinham características hegemônicas, uma vez que "as representações que ajudam a construir a visão de mundo do indivíduo, o senso de identidade e sexo, consumando estilos e modos de vida, bem como pensamentos e ações sociopolíticas" (KELLNER, 2001, p.82). No entanto, ainda assim, em meados da segunda metade do século passado, alguns nomes se destacaram enaltecendo outras identidades ou até criando múltiplas identidades.

Kellner(2001) aponta que os músicos negros do rap e os cineastas negros foram exemplos nesse sentido, já que eles conseguiram se apropriar a cultura da mídia para expressar sua visão sobre a sociedade americana contemporânea, mostrando os problemas da cultura de opressão racial, que é muito presente nos Estados Unidos. A partir desses produtos culturais conseguiram exprimir suas próprias formas de resistência e de identidade contestadora. Como é identificado por Kellner (2001), "quando os membros dos grupos oprimidos têm acesso à cultura da mídia, suas representações muitas vezes articulam visões outras da sociedade" (KELLNER, 2001, p.203). Nesse trecho articula-se a ideia de representatividade e reforça a importância de colocar em prática tal conceito. Um exemplo claro disso é o rap. Ao transmitir as experiências e as condições dos americanos negros que viviam em guetos violentos, esse movimento musical e artístico

torna-se um poderoso veículo de expressão política, capaz de traduzir a raiva dos negros diante da crescente opressão e da diminuição das oportunidades de progresso. Ao colocar um profissional negro para comandar um filme, as histórias e os discursos que fazem parte da sua realidade tendem a aparecer nos cinemas com mais frequência, sendo retratado de uma forma mais realista e representativa, como aponta Kellner ao analisar as obras de Spike Lee.

Uma artista que despertou o interesse dos Estudos Culturais, sendo parte das análises de Kellner foi a estrela pop, Madonna. Para ele, tanto a sua obra quanto a sua popularidade e influência propiciam uma visão sobre a natureza da identidade e da moda na contemporaneidade. Segundo a análise de Kellner (2001), apesar de muitas contradições e questionamentos, Madonna foi responsável por acabar com as fronteiras, até então, estabelecidas pelos códigos de sexo, sexualidade e moda, fortalecendo a busca pela experimentação, mudanças e pela produção de uma identidade individual.

Em certa medida, esses exemplos, apresentam no mínimo nuances de ativismo.

Podemos pensar em uma identidade artista?

O caráter contra hegemônico das ações artísticas com cunho artista se estabelece para romper com o conservadorismo, já que existe um contexto em que “aqueles que ocupam as posições decisivas de poder estão prontos para usar seu poder a fim de impor as definições tradicionais da realidade a população submetida à sua autoridade” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 163). Mas como apontam os autores é necessário considerar que as sociedades modernas são pluralistas e urbanas.

O ativismo também está ligado a essa sociedade urbana e pluralista, mas quais identidades podem se associar a esse movimento? Para compreender essa questão é importante ter em mente parte da ideia de identidade desenvolvida por Silva, que faz uma associação entre identidade e movimentos sociais.

Silva (2000) discorre que é por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder, reforçando que, quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. Por isso, a representação ocupa um lugar central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. O autor ainda reforça a teorização cultural contemporânea sobre gênero e sexualidade.

Ao chamar a atenção para o caráter cultural e construído do gênero e da sexualidade, a teoria feminista e a teoria queer contribuem, de forma decisiva, para o questionamento das oposições binárias -masculino/feminino, heterossexual/homossexual- nas quais se baseia o processo de fixação das identidades de gênero e das identidades sexuais. [...] A possibilidade de "cruzar fronteiras" e de "estar na fronteira de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração do caráter "artificialmente" imposto das identidades fixas (SILVA, 2000, p.89).

Ao estudar produções que trazem o ativismo percebe-se essa busca por “cruzar fronteiras”, a partir de produtos que tendem a abordar questões relacionadas à identidade de gênero e às identidades sexuais. Pontos que traçam paralelos com o próprio surgimento do conceito.

Miguel Chaia (2007) discorre que o movimento foi denominado ativismo, a partir de dois períodos específicos. “O primeiro momento encontra-se nos movimentos sociais que ocorreram a partir do final da década de 60, como a luta pelos direitos civis, as manifestações contra a Guerra do Vietnã, as mobilizações estudantis e a contracultura” (CHAIA, 2007, p.9). O outro momento que ajudou na construção do conceito “ativismo”, aconteceu no final do século passado, graças às mudanças experimentadas na produção das novas tecnologias. “Assim, os meios de comunicação de massa, a Internet e as conquistas tecnológicas adjacentes constituem suportes para ampliar o potencial de artistas políticos e alastrar o campo de ação do ativismo” (CHAIA, 2007, p.9). Todas essas situações elencadas contribuíram para estabelecer o ativismo contemporâneo, trazendo algumas reflexões e questionamentos.

A difícil sociabilidade, percebida pelas opressões sócio-políticas, imprime urgência à prática ativista, que deve ser sempre compreendida no conjunto de diversidades estéticas e nas heterogêneas situações políticas. Na contemporaneidade, ao se considerar uma perspectiva política, desenham-se diferentes posições que constroem uma linha que vai desde o artista libertário até o ativista programático. (CHAIA, 2007, p. 10)

As ações ativistas sejam em ambientes reais ou virtuais são majoritariamente criadas em grupos, até mesmo pelas características sociais inseridas no movimento. Somado a isso, Chaia destaca que o ativismo se distingue justamente “pelo uso de métodos colaborativos de execução do trabalho e de disseminação dos resultados obtidos” (CHAIA, 2007, p.10).

Para ter uma noção dessa identidade ativista é necessário analisar objetos que trazem esse conceito como proposta de produção audiovisual. Para esse artigo a ideia foi

observar os perfis presentes nos conteúdos audiovisuais do programa Artvismo, já analisado em trabalhos anteriores, tendo a Análise da Materialidade Audiovisual⁴ como método. As reproduções abaixo fazem parte da investigação de uma semana do programa, e ajudam a identificar traços da identidade em análise.



Figura 1



Figura 2



Figura 3

Reprodução programa “Artvismo” (05/02/18)

No Artvismo exibido em 05/02/18, dois integrantes (Figuras 1 e 2) do coletivo Maçãs Podres, grupo feminista que intercala questões raciais e de classe, são entrevistados e tratam sobre essas questões ao longo da entrevista.

Na figura 3 temos um dos grafites que aparecem ao longo da primeira edição do programa, cobrindo a fala dos entrevistados (figura 1 e 2), ajudando a reforçar a temática tratada. Outra “ilustração” (figura 4) exibida, trabalha diretamente a questão da identidade. A animação com caráter crítico, sugere fazer um paralelo com a ideia dos perfis padrões aceitos pela sociedade. O vídeo mostra um boneco criando um outro boneco tentando montar uma figura masculina, mas ao longo da obra o “próprio personagem que está sendo criado subverte isso. Ele desmonta o que criaram dele e se monta da maneira que quer, colocando em si os símbolos dos gêneros masculino e feminino ao mesmo tempo” (FARIA; COUTINHO, 2018, p. 13).



Figura 4: “Artvismo” (08/02/18)



Figura 5: “Artvismo” (06/02/18)



Figura 6: “Artvismo” (07/02/18)

⁴ Metodologia desenvolvida no Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA-UFJF) para analisar produtos audiovisuais, permitindo investigar todo o conjunto formado pela unidade texto+som+imagem+tempo+edição.

Debatendo o tema mídia e periferia, o entrevistado (Figura 5) do Artvismo fala sobre a falta de representatividade na mídia hegemônica, criticando que a periferia só aparece na mídia quando o assunto é tragédia. No entanto, Toni C acredita que a cultura pode mudar isso, uma vez que existem muitos projetos sociais e culturais na periferia que merecem destaque, como o projeto “Literarua”. Já na Figura 6 aparece Pedro, um jovem negro da periferia do RJ. Ele apresenta a sua poesia atrás de uma grade, gerando provocação com o que é cantado em “Literatura Marginal”.



Figura 7: Reprodução “Artvismo” (07/02/18)



Figura 8: Reprodução “Artvismo” (08/02/18)

As duas imagens (Figuras 7 e 8) acima são parte de uma produção intitulada “Eu pareço suspeito(a)?”. No vídeo da primeira imagem uma jovem aparece e diz a seguinte frase: “sou jovem negra e quero viver”. Em seguida ela coloca o capuz da blusa e diz “Eu pareço suspeita?”. O vídeo representa uma provocação e propõe uma reflexão. A jovem do vídeo representada na figura 8 também fala da morte de negros nas periferias e questiona se ela parece suspeita.



Figura 9: Reprodução “Artvismo” (08/02/18)



Figura 10: Reprodução “Artvismo” (08/02/18)

As figuras 9 e 10 são reproduções de entrevistas com as bandas, respectivamente, Avante e Treme Terra, que falam sobre os seus projetos musicais, que tocam em assuntos sociais e políticos.



Figura 11: Reprodução “Artvismo” (09/02/18)



Figura 12: Reprodução “Artvismo” (09/02/18)

O tema do vídeo representado pela figura 11 é a jovem arte contemporânea brasileira. A entrevistada, Tati Candeia, é uma das integrantes do projeto MAPA. Já a figura 12 mostra a imagem de Emerson Alcalde, que é poeta e organizador do Slam. Ele aborda em uma breve sonora, a importância desse novo espaço de se fazer poesia.

Considerações Finais

Com a proposta de trazer, em certa medida, uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de identidade, diferença e representação para que seja possível compreender e responder questões sobre uma possível identidade ativista. Este artigo permite concluir, a partir da observação dos indivíduos que aparecem no programa Artvismo e considerando características articuladas com a própria definição do conceito, que podemos falar sim sobre a identidade ativista.

Essa identidade está centrada, sobretudo, na transparência e na aceitação. Percebe-se a partir da análise, que majoritariamente, o movimento é formado por pessoas pertencentes a grupos minoritários, mas o ativismo engloba diversos “tipos” de indivíduos, até porque essa é uma característica do movimento. Bem diferente das identidades tradicionais, a identidade ativista se enquadra mais na construção identitária moderna ou até pós-moderna?

Pode-se dizer que assim como as identidades modernas abordadas por Kellner (2001), a identidade ativista pode ser colocada como: móvel, múltipla, pessoal, reflexiva e sujeita a mudanças e inovações. São identidades que representam as raízes do indivíduo e que mostram o que eles verdadeiramente são, o que não significa que esse indivíduo não possa estabelecer outras características ao longo da sua jornada. Além disso, podem ser encontradas características ligadas à identidade pós-moderna. Vista negativamente por muitos autores, a identidade pós-moderna está muito associada à influência da mídia e ao consumismo, também é tratada por Kellner como uma identidade que não está diretamente associada às “funções principais”, como a profissão. Sendo assim, pode-se

dizer que a identidade ativista tangencia a identidade pós-moderna em certos aspectos, já que ela sofre influência da mídia e acredita na mídia como forma de atuação contra hegemônica, ainda que majoritariamente em um espaço alternativo. Quando os produtos midiáticos inserem a chamada representatividade, eles permitem essa identificação com os indivíduos e contribuem para a aceitação de uma identidade, que muitas vezes, a própria mídia distorceu ou escondeu. A identidade ativista também não tem muita relação com a ideia de perfil profissional ou associação de uma identidade devido à alguma função exercida por um indivíduo. Embora tenha relação com o ser artista.

Sendo assim, pode-se dizer que a pessoa que possui uma identidade ativista, ajuda a traduzir lutas e se impõe diante de uma sociedade conservadora e preconceituosa. Ainda é perceptível que essa identidade é urbana, jovial e desconectada dos padrões estabelecidos nas últimas décadas. Também é importante considerar, que essa é uma identidade que está associada aos artistas, então existe a questão da sensibilidade artística. Além disso, a análise permite compreender que esses artistas tratam sobre as suas realidades e lutas diárias. Dessa maneira, todos esses pontos também estão traduzidos na construção que resulta na identidade ativista.

Referências Bibliográfica

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

CHAIA, Miguel. **Artivismo: Política e Arte Hoje**. São Paulo: Aurora, 2007.

FARIA, Victor. **Olhares para o Artivismo e a diversidade dentro da tela: a inovação de linguagem audiovisual e o conteúdo colaborativo na TV Pública**. Juiz de Fora: UFJF, 2018.

FARIA, Victor; COUTINHO, Iluska. **Um programa conceito: Artivismo**. In: INTERCOM. XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Belo Horizonte: 2018.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/ Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VILAS BOAS, Alexandre. **ARTIVISMO: Arte + Política + Ativismo - Sistemas Híbridos em Ação**. São Paulo: Unesp, 2015, p.37-79. 2015, 312 f. Dissertação (Mestrado em Arte), Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.